
As memórias institucionais e a formação integral em um curso técnico na modalidade subsequente: os estudantes conhecem a instituição que os profissionaliza?

Institutional memories and comprehensive training in a technical course in the subsequent modality: do students know the institution that professionalizes them?

Memorias institucionales y formación integral en un curso técnico en la modalidad subsiguiente: ¿conocen los alumnos la institución que los profesionaliza?

Jesus, Marilanes Gomes de¹ (São Gonçalo, RJ, Brasil.)
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-6721-405X>
Nascimento, Gabriela Ventura da Silva² (Mesquita, RJ, Brasil)
ORCID ID: <https://orcid.org/0000.0002-3336-640X>

Resumo

A Educação Profissional e Tecnológica está ancorada na concepção de formação integrada que, além de superar a dualidade educacional, pretende uma formação humana integral. Dessa forma, este artigo tem por objetivo promover a reflexão sobre a importância das memórias institucionais para o discente em formação. A partir de uma abordagem qualitativa de cunho exploratório, se buscou investigar o conhecimento discente, em um curso subsequente, sobre as memórias institucionais em um instituto de educação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Seguindo a perspectiva de formação integral na Educação Profissional e Tecnológica, as discussões buscaram a reflexão sobre as contribuições do acesso às memórias institucionais durante o processo formativo e o papel institucional neste contexto. A pesquisa reafirmou a importância de revisitar as memórias institucionais e a relevância da difusão destas no ambiente escolar como uma das possibilidades para o fortalecimento da formação integral dos estudantes. Os resultados revelaram que, apesar do pouco conhecimento dos participantes sobre a instituição, eles foram receptivos à proposta e demonstraram interesse pelo tema, atribuindo importância de tal informação para sua formação.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Memórias Institucionais. Formação Integral.

Abstract

Professional and Technological Education is anchored in the concept of integrated training that, in addition to overcoming educational duality, aims for an integral human formation. Thus, this article aims to promote reflection on the importance of institutional memories for the student in training. From a qualitative approach of exploratory nature, we sought to investigate student knowledge, in a subsequent course, about institutional memories in an education institute of the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education. Following the perspective of integral education in Professional and Technological Education, the discussions sought reflection on the contributions of access to institutional memories during the formative process and the institutional role in this context. The research reaffirmed the importance of revisiting institutional memories and the relevance of their dissemination in the school environment as one of the possibilities for strengthening the integral education of students. The results revealed that, despite the little knowledge of the participants about the institution, they were receptive to the proposal and showed interest in the theme, attributing importance of such information to their training.

Keywords: Professional and Technological Education. Institutional Memories. Integral Training.

¹ Assistente em Administração no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. marilanegomes@yahoo.com.br

² Professora do Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Rio de Janeiro IFRJ. gabriela.silva@ifrj.edu.br

Resumen

La Educación Profesional y Tecnológica está anclada en el concepto de formación integrada que, además de superar la dualidad educativa, tiene como objetivo una formación humana integral. Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo promover la reflexión sobre la importancia de los recuerdos institucionales para el estudiante en la formación. Desde un enfoque cualitativo de carácter exploratorio, buscamos investigar el conocimiento de los estudiantes, en un curso posterior, sobre recuerdos institucionales en un instituto de educación de la Red Federal de Educación Profesional, Científica y Tecnológica. Siguiendo la perspectiva de la educación integral en la Educación Profesional y Tecnológica, los debates buscaron la reflexión sobre las contribuciones del acceso a la memoria institucional durante el proceso formativo y el papel institucional en este contexto. La investigación reafirmó la importancia de revisar los recuerdos institucionales y la pertinencia de su difusión en el entorno escolar como una de las posibilidades para fortalecer la educación integral de los estudiantes. Los resultados revelaron que, a pesar del poco conocimiento de los participantes sobre la institución, eran receptivos a la propuesta y mostraban interés en el tema, atribuyendo importancia de dicha información a su formación.

Palavras-Clave: Educación Profesional y Tecnológica. Memorias Institucionales. Formación Integral.

Introdução

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), prevista na Lei nº 9.393 de 20 de dezembro de 1996, alterada pela Lei nº 11.741 de 16 de julho de 2008, “integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (BRASIL, 2008), garantindo dois direitos constitucionais: o direito à educação e à profissionalização (BRASIL, 1988).

No Brasil, a EPT, ao longo de sua história, passou por mudanças significativas. Esta, em sua origem e ao longo de seus mais de cem (100) anos de existência, foi marcada pela dualidade entre o ensino voltado para o trabalho manual ofertado às camadas menos favorecidas da sociedade e a educação mais geral destinada às elites.

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008) trouxe relevantes mudanças para a Educação Profissional e Tecnológica, tanto pela expansão em nível nacional, quanto pelos diferentes níveis e modalidades de ensino. Os Institutos Federais podem ministrar a educação profissional técnica de nível médio (integrado, concomitante ou subsequente), assim como cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, cursos superiores de tecnologia, cursos de licenciatura, bacharelado e engenharia, cursos de pós, pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização e pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado.

Além da amplitude da Educação Profissional e Tecnológica, os Institutos Federais trazem concepções de uma educação integral, na tentativa de superação da

fragmentação entre formação geral e profissional e que contemple a formação humana em suas diversas dimensões: física, mental, cultural, política e científico-tecnológica (BRASIL, 2008). Salientamos, porém, que o avanço e a efetiva consolidação de tais concepções esbarram e disputam espaços com as contradições existentes no contexto educacional, como é o caso da reforma do Ensino Médio estabelecida pela Lei nº 13.415/2017 e nas propostas expressas no documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nestes documentos, apesar da defesa da educação integrada, a proposta estrutural do currículo segue itinerários formativos que inviabilizam o processo de interdisciplinaridade e impossibilitam a integração entre a base comum e o ensino profissional. (COELHO e SOUSA, 2020, p.12)

Nestes anos de existência, os Institutos Federais vêm construindo sua história e consolidando sua identidade institucional nacionalmente. Desperta a atenção, no entanto, que nem sempre esta trajetória tem sido organizada de forma a ser conhecida por sua comunidade interna e externa, conforme observado no *Campus São Gonçalo*, do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)³.

Este aspecto, em especial, remete à reflexão de que as memórias na Educação Profissional e Tecnológica ainda é um assunto pouco explorado nas instituições de ensino (CIAVATTA, 2010). Nota-se que a trajetória marcada por embates, avanços, retrocessos e transformações, que são partes fundamentais para entender a história da EPT, muitas vezes é negligenciada ou esquecida no ambiente escolar durante o percurso formativo dos estudantes.

Na perspectiva de investigar possibilidades de inserção das memórias institucionais e sua contribuição para a formação integral dos estudantes, refletimos no presente texto acerca dos conhecimentos e vivências dos alunos de um Curso Técnico em Segurança do Trabalho, na modalidade subsequente, sobre o percurso histórico do Instituto Federal, de modo geral e, mais especificamente, do *campus* onde estão se profissionalizando.

A Educação Profissional e Tecnológica e a Formação Integral

Sob a óptica das concepções de memória coletiva, alinhamos as concepções de formação integral e de memória institucional à missão dos Institutos

³ O IFRJ, atualmente, é constituído por uma Reitoria como órgão executivo e 15 *Campi*, sendo eles: Campus Arraial do Cabo, Belford Roxo, Duque de Caxias, Engenheiro Paulo de Frontin, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Paracambi, Pinheiral, Realengo, Resende, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Volta Redonda.

Federais de ofertar o ensino gratuito e de qualidade, na perspectiva de formação profissional e humana, considerando a educação de forma inclusiva, em colaboração para o desenvolvimento “educacional, científico, tecnológico, ambiental, econômico, social e cultural” nos locais onde está inserido (BRASIL, 2008).

No Brasil, de acordo com Ciavatta e Ramos (2011), a Educação Profissional e Tecnológica ainda não superou completamente a dualidade educacional. O olhar em torno da formação profissional em nível médio técnico, por exemplo, em alguns casos pode apontar ainda traços da histórica dualidade de um ensino mais amplo em determinadas modalidades (forma integrada ao Ensino Médio) e outro mais restrito, direcionado apenas para o exercício das profissões (formação continuada ou qualificação profissional). Diante da realidade posta, as instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) precisam alcançar plenamente a formação integral em todas as modalidades ofertadas. Consideramos que os formatos dos cursos (carga horária ou modalidade) ou perfis do público (idade, formação), não eximem e nem diminuem a responsabilidade com a missão de formação integral do estudante na EPT.

No entanto, a questão não é tão simples. Conforme apontam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 21), “a direção que assume a relação trabalho e educação nos processos formativos não é inocente. (...), trata-se de uma relação que é parte da luta hegemônica entre capital e trabalho”. Sob o domínio do capital, são estabelecidas propostas educativas que visam à ocupação de posições diferentes no contexto da divisão social do trabalho, destinando alguns para funções de direção, e outros, sendo preparados para funções operativas (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005).

Neste sentido, encontrar possíveis caminhos requer considerar o sentido do trabalho como princípio educativo e da omnilateralidade, como fundamentos para a efetiva formação integral. O trabalho como princípio educativo remete à relação da vida humana com a natureza para a sua própria sobrevivência. Como parte da natureza, o homem reproduz a vida através do trabalho, transformando a natureza e sendo transformado por ela. Assim, “socializar o princípio do trabalho como produtor de valores de uso, para manter e reproduzir a vida, é crucial e ‘educativo’”. [...] “a atividade prática é o ponto de partida do conhecimento, da cultura e da conscientização” (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005, p. 20).

A educação omnilateral presume todas as dimensões da vida humana, ou

seja, está atrelada à “concepção de educação ou formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento histórico” (FRIGOTTO, 2012, p. 267).

Desta forma, a proposta de formação integral visa um processo de ensino e aprendizagem comprometido com o desenvolvimento do indivíduo nas suas múltiplas dimensões, no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica (CIAVATTA, 2005), o que vai ao encontro também das concepções de educação defendidas por Paulo Freire.

Segundo Freire (1996), a educação proporciona ao indivíduo autonomia, consciência crítica e capacidade de decisão. Para ele, o objetivo maior da educação é conscientizar o aluno. Suas teorias pautam-se no respeito pelo educando, na conquista da autonomia e na defesa do diálogo como o fio condutor do processo de ensino e aprendizagem. Suas teorias apresentam três momentos que se destacam no processo de ensino e aprendizagem: o inicial, quando o educador investiga o conhecimento prévio do aluno, o segundo, quando os temas são discutidos e, no terceiro, a problematização, quando o assunto desencadeia a conscientização (FREIRE, 1996).

A escola, aqui entendida como lugar de participação e diálogo e espaço propício para a construção e compartilhamento de múltiplos saberes e vivências, deve direcionar suas práticas pedagógicas de forma democrática e humanizadora, tendo em vista valorizar as discussões e a produção coletiva como contribuições múltiplas no espaço escolar.

Freire (1996) reitera ser uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica propiciar as condições para o educando em suas relações “assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar” (FREIRE, 1996, p. 18).

Neste ponto, a educação é vista como instrumento de transformação e inclusão social, de modo que a oferta de ensino de qualidade aponte possíveis caminhos para a efetiva justiça social, à medida que cria possibilidades do egresso se inserir na vida produtiva em sociedade de forma igualitária aos demais.

Entende-se, assim, que o “objetivo central não é formar um profissional

para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho” PACHECO, 2010, p. 10. Para isto, conforme os objetivos basilares dos Institutos Federais, se faz necessário “derrubar as barreiras entre o ensino técnico e científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana” (PACHECO, 2010, p. 11).

Por meio dessa perspectiva, portanto, pretende-se articular a formação profissional e tecnológica e as memórias institucionais, percorrendo um caminho que conduza à educação profissional emancipadora que se sustente, conforme já sinalizado, nos pilares da educação omnilateral.

O resgate e a preservação das memórias institucionais na EPT

O resgate e a preservação das memórias institucionais na Educação Profissional e Tecnológica buscam promover a contextualização do ambiente escolar e contribuir para a conscientização e emancipação do aluno durante o seu processo formativo.

A temática memória, porém, requer algumas considerações por ser um conceito polissêmico de abordagem em diversos campos de estudo. Pierre Nora, historiador, faz a distinção entre memória e história. Para este autor, diferente da história, que procura recontar de forma racional e científica o passado, a memória atua de forma mais dinâmica, sendo um fenômeno individual e coletivo (NORA, 1993).

Maurice Halbwachs, sociólogo, também compreende a memória como um fenômeno construído coletivamente e afirma que o indivíduo participa de dois tipos de memória: a individual e a coletiva. A memória individual existe a partir de uma memória coletiva, sendo resultado da combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais o indivíduo está inserido, como por exemplo, a família, a escola, ambiente de trabalho etc. (HALBWACHS, 1990).

Se tratando do ambiente escolar, Ciavatta (2005), também amparada nos conceitos de Nora, considera a escola como um lugar de memória:

Como elemento aglutinador, gerador de coesão social, a escola deve se tornar um lugar de memória, de resgate das identidades, da compreensão do presente incorporando as dificuldades, as lutas e as conquistas do passado, suas representações na forma de imagens e de documentos, seus símbolos carregados de história e de significados (CIAVATTA, 2005, p. 16).

Segundo a autora, o processo de construção da memória institucional e

sua consolidação estão estritamente ligados às relações no ambiente escolar. A escola reúne lembranças individuais e coletivas em um processo dinâmico de construção de identidade ligada à interação de todos os atores envolvidos, alunos, servidores, equipe técnico-pedagógica, construindo e transformando o espaço onde estão inseridos. Para uma melhor compreensão sobre isto, afirma Ciavatta:

Pode ser um elemento pedagógico importante de coesão e de aglutinação de esforços o desenvolvimento consensual de um projeto de resgate da escola como um lugar de memória, das lembranças de seus personagens e momentos mais expressivos. Documentos dispersos, preservados na história particular de muitos, fotografias, livros, papéis e objetos guardados com zelo e nostalgia podem alimentar a perspectiva de uma escola e de uma formação integrada e mais completa para os mais jovens, em reconhecimento e orgulho de si mesmos como mestres (CIAVATTA, 2005, p.14).

Inserir essa temática durante o processo formativo pode acrescentar à formação do aluno um caráter humanístico que acontece na coletividade e troca de vivências entre os grupos. Segundo Ciavatta (2005), é de suma importância que a escola, ao construir seus projetos pedagógicos, compreenda seu passado e posicione-se enquanto um lugar de memórias e resgate de identidades, articulando a realidade presente e o seu passado de lutas e conquistas representado em imagens e documentos, mas com significados singulares, que podem contribuir para a formação de seus alunos.

A reflexão sobre a temática “memórias institucionais” no ambiente escolar pode revelar também a carência das escolas na organização e apresentação de sua própria história. Sobre isto, Ciavatta (2010) alerta que a falta de políticas e fomento para a criação de espaços destinados à guarda de acervo e à preservação do patrimônio colabora para os apagamentos da memória institucional.

Para a autora, entre as hipóteses possíveis está o fato de que os arquivos de registros escolares são, na maioria, referentes às atividades administrativas, resultando em raros registros históricos. Outra explicação seria “o predomínio quase absoluto da cultura oral de seus principais protagonistas” que se soma à carência de tempo, de espaço, de recursos financeiros e humanos especializados para o trabalho de arquivo e, por último, atribui “a tradição colonizadora e autoritária da memória apagada, das gerações sem história” (CIAVATTA, 2010, p. 16).

Diante do exposto, entende-se que o processo de construção da memória institucional e sua consolidação por meio desse diálogo entre passado e presente,

registrado de forma que outras gerações tenham conhecimento da trajetória organizacional, oferece ao aluno experiências que alcançam além da formação acadêmica, preparando-o para a vida em sociedade e exercício da cidadania.

Caminhos Metodológicos

Com abordagem qualitativa, de caráter exploratório e características de natureza aplicada (GIL, 2010), o presente artigo apresenta resultados de uma pesquisa que reuniu informações específicas do percurso histórico do *Campus São Gonçalo* do Instituto Federal do Rio de Janeiro (constituído por 15 *campi*) O trabalho tem por finalidade refletir e discutir a importância das memórias institucionais como fonte de conhecimento para os discentes em formação.

Oficialmente, o *Campus São Gonçalo* foi inaugurado no dia 1º de fevereiro de 2010. Contudo, iniciou sua implantação na cidade de São Gonçalo em 2006, ainda como uma Unidade do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química, sendo transformando em Instituto Federal apenas em 2008 (IFRJ, 2020). Atualmente nesse campus são ofertadas vagas para o Curso de Técnico em Segurança do Trabalho na modalidade concomitante/subsequente e outros dois Cursos Técnicos: Química e Administração, na modalidade integrado ao Ensino Médio. Além destes, são ofertadas vagas para o Curso de Especialização *Lato Sensu* em Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras, bem como cursos de extensão e formação continuada para as comunidades interna e externa (IFRJ, 2020).

O *Campus São Gonçalo* foi escolhido tendo em vista a trajetória profissional da pesquisadora na instituição e, ainda, a fim de atender às exigências do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) que prevê uma intervenção na realidade, sobretudo, por meio da revisitação do local onde se atua.

Tomou-se como recorte analítico os estudantes do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, na modalidade subsequente, uma vez que esse foi o primeiro curso técnico a ser ofertado pelo *Campus São Gonçalo*. As primeiras turmas iniciaram oficialmente em 01 de setembro de 2008, mediante ato autorizativo, a saber, Resolução Conselho Diretor nº 09 de 11 julho de 2008, seguido pela Resolução Conselho Superior nº 04 e 09 de 25 de fevereiro de 2016 e nº 20 de 20 de setembro de 2016 (IFRJ, 2020).

Após a análise do plano do curso e da matriz curricular, foram selecionados

os estudantes do 3º período (ingressaram na instituição em 2018) pois já possuíam certa vivência no *Campus*, sendo possível contribuir com suas percepções e sugestões. Além disso, por ser o penúltimo período, torna-se importante consolidar os vínculos (ou criá-los) entre o futuro egresso e a instituição. Ainda, conforme a matriz curricular do curso, neste período é ofertada a disciplina denominada Relações Interpessoais, cujos objetivos é propiciar o trabalho em equipe, o diálogo e atividades dinâmicas em seu planejamento, buscando “capacitar os alunos a reconhecer, entender e responder às questões que ocorrem na vida coletiva, através de uma metódica, objetiva e rigorosa observação de tudo que é entendido como fato social e ter uma visão empreendedora de sua carreira” (IFRJ, 2013, p. 73).

Após definido o grupo participante da pesquisa, foi aplicado um questionário diagnóstico para levantamento do perfil dos estudantes (faixa etária, região de moradia, situação de empregabilidade...) e dos seus conhecimentos acerca da instituição onde cursam a formação técnica. No questionário foram apresentadas dezoito perguntas, sendo treze respostas fechadas e cinco respostas abertas.

No primeiro bloco, seis perguntas foram direcionadas às informações pessoais. Enquanto, no segundo bloco, as questões (seis perguntas) estavam relacionadas ao conhecimento prévio sobre o *Campus* e o Curso Técnico em Segurança do Trabalho. O terceiro bloco continha perguntas sobre a percepção discente quanto às memórias institucionais durante o seu processo formativo. Os participantes foram identificados da seguinte forma: A (de aluno) e o número aleatório organizado de forma sequencial até o número total de participantes, que no questionário diagnóstico foram 31 alunos.

Procedemos com a análise dos dados conforme as três fases da análise de conteúdo (BARDIN, 2011): pré - análise, exploração do material e interpretação. As técnicas metodológicas de análise de conteúdo apresentada por Laurence Bardin se referem nas comunicações a um conjunto de técnicas que visam obter “...indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 2011, p. 47).

A fase de pré-análise correspondeu à transcrição e organização das respostas e leitura flutuante exaustivas dos textos. A fase de exploração do material deu-se a partir da elaboração de unidades de registro, categorização temática e

frequência dos relatos. Já a fase de interpretação dedicou-se às inferências dos significados com base no referencial teórico que dá sustentação à pesquisa.

O perfil dos estudantes do Curso Técnico na modalidade subsequente

As discussões, para esse estudo, foram desenvolvidas a partir de duas abordagens: uma diz respeito ao perfil dos estudantes que participaram da pesquisa e a outra está relacionada às considerações destes sobre as memórias institucionais durante o seu processo formativo.

Cabe ressaltar que o Curso de Técnico em Segurança do Trabalho (TST) pretende formar profissionais técnicos de nível médio no eixo tecnológico Segurança. O itinerário formativo dividido em 4 semestres (2 anos) totaliza 1350 horas. Sem a possibilidade de formação parcial, também tem a exigência de estágio curricular obrigatório de 480 horas ou atividades de prática profissional para obtenção do certificado ao final do curso.

Ciavatta (2005) reitera a necessidade de uma educação profissional pautada na formação humana e não meramente nas exigências mercadológicas. Trata-se de uma “formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política” (CIAVATTA, 2005, p. 2).

O Curso de TST tem como público-alvo estudantes que estejam cursando a partir do 2º ano do Ensino Médio ou que já tenham concluído este nível de ensino, já que é ofertado na modalidade concomitante ou subsequente. Conforme descrito no plano de curso de TST, o perfil profissional esperado para o egresso destina-se à realização de trabalho em equipe; exigência de conhecer e interpretar a legislação, bem como as normas técnicas de segurança, saúde e meio ambiente, de modo a atuar na gestão integrada, dentre outras (IFRJ, 2000).

O grupo de estudantes que se voluntariaram para participar da pesquisa foi formado por 31 participantes de duas turmas, no segundo semestre de 2019: dez alunos matriculados na turma vespertina (203) e 21 alunos matriculados em uma turma noturna (303), ambas no terceiro período do curso.

Os dados demonstraram considerável diversidade nas idades, perfil acadêmico e profissional. O grupo participante foi formado por estudantes com idades entre 18 e 55 anos (60% deles estavam na faixa etária de 18 a 35 anos). A maioria

do grupo participante (52%) era composta por moradores da cidade onde se localiza a escola e, 48% dos alunos participantes eram moradores de cidades limítrofes.

Com relação à vida acadêmica, 58% dos alunos responderam ter o diploma de Ensino Médio, 22% responderam ter curso Superior incompleto, 10% curso Superior completo e 10% deles já possuem pós-graduação. Já em relação à vida profissional, 33% dos alunos declararam estar empregados, 33% desempregados, 12% faziam estágio no momento da pesquisa, 22% declararam apenas estudar e um aluno não respondeu à pergunta.

No que tange as motivações para a escolha do curso, foi possível formar, a partir das 31 respostas (excluindo quatro que se desviaram do objetivo), as seguintes categorias: 1. interesse pela área/profissão (33%); 2. aquisição de conhecimento (33%); 3. empregabilidade (22%); 4. incentivo de amigos e parentes (11%). Apesar de categorias diversas, foi observado nas falas que as escolhas têm como pano de fundo o mercado de trabalho. Conforme alguns relatos dos alunos, o interesse pelo curso está associado não só ao interesse pela área, mas também à empregabilidade. Dessa forma, encontramos fundamentos para reafirmar a compreensão de que a forma subsequente se configura em “uma lógica de educação continuada que deve constar também das obrigações dos sistemas de ensino” (RAMOS, 2008, p. 13).

Reforçando este entendimento, os dados apontaram a procura de um curso técnico para a qualificação profissional na tentativa de se inserir ou se reinserir no mercado, cujas exigências são crescentes para determinadas atividades laborativas. Tal expectativa, muitas vezes, resulta no interesse de um curso com formação mais aligeirada e pragmática (foco em conteúdos técnicos) visando à rápida empregabilidade.

A modalidade subsequente apresenta um currículo mais enxuto e duração mais curta e pode agrupar um público muito distinto (em termos de idade e formação acadêmica), já que tem como requisito apenas a conclusão do Ensino Médio. Este aspecto inclusive tem papel relevante para o alcance de um público que muitas das vezes não teve a oportunidade da profissionalização em idade regular, ou seja, até os dezoitos anos. De acordo com Ramos (2008), tal modalidade se constitui como uma educação continuada oportunizando aos jovens e adultos buscarem uma formação ou atualizações profissionais a fim de que possam ampliar as possibilidades e ter melhor

inserção no mundo do trabalho.

Apesar das expectativas discentes por uma formação rápida e inserção no mercado de trabalho, ressaltamos que os princípios basilares dos Institutos Federais, desde a sua concepção, é a formação que articule o trabalho, a ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana (PACHECO, 2010). Desta forma, se faz necessário que, independente da modalidade do curso, o processo formativo seja pautado nas diretrizes de uma formação integral. Independente da modalidade do curso, que a prioridade seja a formação do cidadão para o mundo do trabalho e não apenas um profissional para as lógicas mercadológicas.

Sob essa perspectiva, o Curso Técnico em Segurança do Trabalho coaduna com a finalidade de que o educando possa “compreender a importância do trabalho para a rede de relações sociais; analisar as transformações no mundo do trabalho, as suas implicações sociais e as consequências psicossociais para o trabalhador contemporâneo”; levando em conta a pauta de todas as questões propostas pela reestruturação produtiva (IFRJ, 2013, p.73).

Para isto, se torna necessário romper com a dualidade entre teoria e prática e a fragmentação dos currículos em todas as modalidades da EPT, a fim de se promover, de fato, a integração dos conteúdos. Ciavatta e Ramos (2011, p. 31) atribuem “à integração o sentido de formação humana que preconiza a integração de todas as dimensões da vida – o trabalho, a ciência e a cultura – no processo formativo.” e defendem que esta concepção “pode orientar tanto a educação geral quanto a profissional, independentemente da forma como são ofertadas” (CIAVATTA, RAMOS, 2011, p. 31).

Cabe ressaltar que, apesar da oferta do curso na modalidade subsequente, a formação integrada é evidenciada não no sentido restrito do termo, mas na perspectiva de formação omnilateral. Sob essa ótica, Frigotto (2012) reitera que essa omnilateralidade pressupõe tanto a gênese científico-tecnológica quanto sua apropriação histórico-social, isto é, contempla as diferentes dimensões da vida social.

Ao analisar as motivações para a escolha do curso, observamos a influência do desenvolvimento local para tais escolhas. É possível constatar que a economia na cidade de São Gonçalo “aponta a carência de formação de profissionais com qualificação inicial, assim como de técnicos e de graduados, sobretudo nas áreas de recursos pesqueiros, construção civil, química, informática, gestão, segurança,

saúde e meio ambiente” (IFRJ, 2013, p. 8).

Com a perspectiva da implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro em Itaboraí, far-se-á necessária a existência de profissionais qualificados tanto na fase de construção quanto na de operação do Complexo. A demanda por profissionais já foi sinalizada pelo Centro de Inteligência de São Gonçalo, responsável pelo atendimento à demanda de categorias profissionais previstas para o Complexo Petroquímico (IFRJ, 2013, p. 8).

Em relatos como: “A4: *Aprender uma nova profissão e adquirir com isso conhecimento na área.*” / “A3: *Novas oportunidades no mercado de trabalho./ A12: Estar empregado após formado.*”, podemos observar o interesse em adquirir um certificado de qualificação ou uma requalificação profissional na tentativa de inserir-se/reinserir-se no mundo de trabalho.

É importante destacar o fato de que dentre os 31 participantes, nove deles (que equivale a 33%) se matricularam em um curso técnico apesar de estarem empregados, o que evidencia a preocupação do trabalhador com a exigência do mercado por um profissional polivalente e flexível, que esteja sempre apto a aprender, pressionado por uma atualização contínua.

Tudo isso ratifica a influência sobre a EPT brasileira da “ideologia da empregabilidade” que transfere a responsabilidade pelo emprego ou desemprego aos trabalhadores (CIAVATTA e RAMOS, 2011). Além disto, evidenciam que no Brasil, a educação ainda mantém “uma função compensatória com a educação básica de baixa qualidade e a educação profissional fragmentada e aligeirada”, o que “alimenta a responsabilização do próprio trabalhador por seu êxito ou fracasso no mercado de trabalho” (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2014, p. 73).

Diante disso, compreendemos que a RFEPCT ao ofertar a Educação Profissional e Tecnológica, em suas diferentes modalidades, cumpre também um papel social ao oferecer condições de empregabilidade ao trabalhador. No entanto, não se pode perder de vista, o compromisso com a construção da cidadania com cursos planejados a partir dos princípios da formação integral, na defesa da articulação entre trabalho, ciência e cultura, na perspectiva da emancipação humana.

As memórias institucionais e o processo formativo dos estudantes

Quando investigamos junto aos participantes da pesquisa os seus conhecimentos sobre a instituição, antes e após ingressarem no curso técnico,

observamos que, apesar da proximidade com a residência ter sido um diferencial para a escolha do curso, representando 11 (58%) das 31 respostas obtidas, a maioria dos estudantes - 21 (68%) - não conheciam a instituição antes de candidatar-se ao curso, mesmo sendo moradores de bairros vizinhos. Acrescente-se a isto o fato de 17 (55%) dos respondentes ouvirem falar da escola/curso por meio de amigos e parentes, o que demonstra ainda ser pequena a divulgação externa do curso por outras fontes de informação.

Os dados trazem para a discussão a importância da aproximação das instituições de ensino que compõem a RFEPC com a comunidade em seu entorno, tendo em vista que, entre as finalidades dos Institutos Federais está o desenvolvimento local e regional e a inserção cidadã de seus formandos na sociedade. Para tal alcance, conforme Pacheco (2010, p. 18) “é necessário um diálogo vivo e próximo dessas instituições com a realidade local e regional”.

Mas ao se tornarem alunos a informação interna se mostrou eficaz? Os dados mostram que nem tanto. Por exemplo, quando questionados se sabiam relacionar os cargos dos gestores 2019 (Direção Geral, Direção de Ensino, Direção administrativa e Direção de Pesquisa e Extensão) aos seus respectivos ocupantes, obtivemos o seguinte resultado: 67,8% dos alunos responderam não saber, 22,6% acertaram em parte, 6,5% dos alunos responderam de forma errada e apenas um aluno relacionou corretamente. Tal fato evidencia a carência institucional no que se refere a sua apresentação junto aos discentes.

E o que dizer quanto o acesso discente às memórias institucionais? Como respostas temos que o pouco conhecimento sobre a organização escolar é acompanhado pelo desconhecimento sobre a história institucional. Cerca de 85% dos alunos admitiram não conhecer a trajetória do *campus* na cidade e a mesma quantidade afirmou não ter participado de nenhuma atividade referente à história do *campus* até o momento da pesquisa. Em contrapartida, foi demonstrado expressivo interesse em conhecer a história da instituição por 77% participantes, apenas 3% não consideraram importante e 19% não responderam à questão.

Tais resultados suscitam dois aspectos importantes para a compreensão do pouco conhecimento discente quanto à história institucional. O primeiro aspecto refere-se à relação com a modalidade de oferta do curso e o perfil do grupo. Outro aspecto estaria relacionado à necessidade de mais acesso e divulgação de

informações históricas durante o processo formativo na instituição.

De acordo com as respostas dos alunos participantes da pesquisa, fatores relacionados ao perfil discente, como por exemplo, a pouca disponibilidade de tempo, pela conciliação do curso e trabalho e/ou estágio, foram colocados como obstáculos para a maior aproximação e vivência no ambiente escolar. Nos dados analisados, 33% conciliavam o curso e o trabalho, outros 33% no momento estavam à procura de emprego e/ou estágio, 13% conciliavam o curso e o estágio e apenas 23% dedicavam-se somente ao curso.

Entendemos que um planejamento institucional de apresentação da sua história e memórias em um formato acessível a todos os públicos, em especial aos discentes que dispõem de menor tempo na escola, como é o caso dos estudantes nas modalidades subsequente, poderia trazer significativas contribuições. Contudo, mudanças neste sentido requer o entendimento institucional em “assumir-se como um lugar de memória, de resgate das identidades, da compreensão do presente incorporando as dificuldades, as lutas e as conquistas do passado” (CIAVATTA, 2010, p. 10).

Neste sentido, os resultados indicam que a relação dos alunos com a memória institucional resulta também dos modos e meios de apresentação usados pela instituição com este objetivo. Entendemos ser uma responsabilidade social dos institutos federais a organização, a preservação e a divulgação de sua história e memórias, não só para o fortalecimento dos vínculos com os estudantes, mas também como estratégia de formação cultural contextualizada com a realidade institucional.

A importância das memórias institucionais para a formação

Ao serem questionados sobre a importância do acesso às memórias institucionais durante a formação, 77% dos estudantes participantes consideraram importante conhecer a história institucional durante o curso, seguido por 19% que não responderam e apenas um que não considera o tema importante 3% para a formação.

Diante da questão, os alunos expressaram não só interesse em conhecer a trajetória como também adquirir conhecimento para divulgá-la. Agregamos as respostas nas seguintes categorias:

1) Conhecer as memórias institucionais pode acrescentar conhecimento

Em sete relatos, que representam 30% das respostas, foram relacionadas as memórias institucionais com a aquisição de conhecimento, no qual incluíram as informações sobre o ambiente escolar, sobre o curso e sobre os profissionais, conforme mostram os relatos a seguir:

A15: "Para ter melhor conhecimento do curso."

A21: "A importância é de você agregar conhecimento."

A28: "Saber como o instituto começou, motivação e desempenho até o ano atual é importante para o conhecimento dos alunos e familiares."

A30: "Para saber sobre a competência dos profissionais".

Ciavatta (2005) ressalta a importância das memórias institucionais e evidencia a relevância do projeto de resgate escolar que necessita ser concebido como um lugar de memória, onde estão imbricadas histórias pessoais e coletivas. Estas, sem dúvida, "podem alimentar a perspectiva de uma escola e de uma formação integrada e mais completa para os mais jovens, em reconhecimento e orgulho de si mesmos como mestres" (CIAVATTA, 2005, p. 14).

Deste modo, mostra-se relevante que uma vez matriculados, os discentes tenham acesso à história institucional como fonte de informação, agregando-lhes conhecimento e contribuindo para o estreitamento de vínculos no e com o ambiente escolar. Com isto, reafirmamos a hipótese de que apresentar as memórias institucionais traz contribuições a estes alunos durante sua vida acadêmica e enquanto cidadãos atuantes na difusão deste conhecimento para a comunidade externa.

2) Conhecer a instituição contribui para a valorização da formação, da imagem institucional pelos alunos e estreitamento de vínculos

Em cinco relatos (21%) os alunos associaram o conhecimento sobre as memórias institucionais a um sentimento de segurança e valorização de sua formação e certificado, como também ao vínculo e comprometimento com a escola, conforme mostram as respostas a seguir:

A1: "Penso que sabendo da história da instituição o aluno pode ficar mais tranquilo, focado e a vontade para estudar no IF.";

A6: "É importante porque se a instituição possuir um histórico de conquistas

e realizações seu certificado pode ser mais desejado para as empresas.”;

A24: “É importante conhecer a história do IF(...), para saber que estou estudando em um lugar muito bom e com profissionais de excelência”.

Além disto, os relatos trazem a reflexão de que o conhecimento sobre a história e memórias institucionais pode servir como instrumento para que os alunos conheçam a escola e sintam-se parte dela, o que pode estimular o exercício da cidadania no ambiente escolar:

A3: “Mostrar que está comprometido com a instituição que escolheu para cursar”;

A11: “Para buscar a melhoria da instituição”.

Em consonância ao que foi dito, Nora (1993, p. 7) defende que “a curiosidade pelos lugares onde a memória se cristalice e se refugie está ligada e este momento particular da nossa história”. Ciavatta (2005) corrobora que, ao ser reconhecida como um lugar de memória e de resgate de identidades, a escola torna-se muito mais que uma mera instituição. Assim, apresenta-se como elemento aglutinador e gerador de coesão social, por meio dos seus símbolos que, inegavelmente, são carregados tanto de história quanto de significados, essenciais para a formação coletiva.

3) O conhecimento possibilita aos alunos divulgarem a escola para outras pessoas

Para 21% dos alunos participantes, conhecer as memórias institucionais é importante para que eles possam divulgar a instituição, como mostram os seguintes relatos:

A4: “Conhecer a história do campus contribui para um melhor entendimento e também contribui para o aluno divulgar para conhecidos a respeito e também para o seu próprio conhecimento do espaço em que ele está inserido”;

A11: “É importante para a divulgação do campus na cidade...;

A13: “Para divulgar junto à comunidade local os trabalhos realizados no campus.”

Salientamos que a escola ao divulgar suas atividades e se fazer conhecer no local em que está inserida, assume uma forma democrática de oportunizar o acesso para a comunidade em seu entorno. Assim, a divulgação da instituição na

comunidade pode torná-la mais acessível à população em geral, alcançando um número maior de interessados nos cursos ofertados. A escola é parte da comunidade, se caracterizando como espaço público de integração, organização e lazer e “deve estar, permanentemente, aberta à população e firmar-se como um efetivo polo cultural” (PACHECO, 2010, p. 9).

Diante do exposto, reforçamos o entendimento de que a articulação das memórias institucionais à formação integral pode assumir o propósito de um resgate não meramente restrito a apresentação do trabalho realizado pela instituição. Pelo contrário, poderia consolidar um espaço de interação e diálogo que permita ao estudante o acesso às informações pertinentes ao lugar em que está inserido e ao seu papel enquanto discente, no que se refere tanto aos seus direitos quanto aos seus deveres.

Nesse sentido, é que passa a conferir autonomia e consciência de sua atuação cidadã no ambiente escolar e na sua vida em sociedade, por intermédio da experiência profunda através da prática educativo-crítica preconizada por Freire (1996). O educando, portanto, passa a ser assumir enquanto ser social e histórico, comunicante e transformador da realidade social.

Dessa forma, o desenvolvimento local e regional, uma das finalidades dos Institutos Federais, se articula com a construção da cidadania. Para isto, nesses institutos a proposta é “a formação de cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais...” (PACHECO, 2010, p. 24).

Neste ponto, oportunizar à comunidade (interna e externa) o acesso ao conhecimento histórico, organizacional e às leis que regem as instituições de ensino pode, além de aproximar e criar vínculos entre os seus integrantes, trazer ao debate temas que estimulem o sujeito a refletir sobre o seu direito à educação e a qualidade da formação que lhe é oferecida.

Em suma, a perspectiva da formação integral na Educação Profissional e Tecnológica, ao prever a geração de conhecimento a partir da prática educativa interativa com a realidade social e histórica, reafirma a importância do conhecimento institucional para o discente durante o seu processo formativo, como instrumento de emancipação.

Considerações Finais

Tendo em vista o recorte amostral da pesquisa, a análise aqui apresentada, não institui um diagnóstico final no que se refere ao conhecimento institucional pelo aluno de um curso subsequente na Educação Profissional e Tecnológica. Pelo contrário, o objetivo deste estudo foi promover a reflexão sobre a importância deste conhecimento para o discente em formação, a partir de uma investigação acerca do que os estudantes conhecem sobre a instituição responsável por sua profissionalização.

Nesta direção, os resultados revelaram que, apesar do pouco conhecimento dos participantes sobre a instituição, eles foram receptivos à proposta e demonstraram interesse pelo tema, atribuindo importância de tal informação para o seu processo formativo.

Diante da necessidade percebida no contexto da pesquisa entendemos que as memórias institucionais ainda é um assunto que precisa ser mais explorado durante nos processos educacionais na EPT. Nota-se, por exemplo, que o tema ainda recebe espaços discretos e atividades não padronizadas que veem à tona apenas em datas comemorativas.

Acreditamos que a presente proposta, ancorada no referencial teórico já exposto, pode contribuir com práticas educativas que possibilitem a reflexão entre passado, presente e futuro e a construção de uma memória institucional compartilhada pela comunidade escolar.

Assim, visando a aberturas de caminhos, esperamos que a presente iniciativa fomenta outras ações e possa ser ampliada para o desenvolvimento de pesquisas vinculadas ao resgate e à preservação das memórias institucionais na EPT e a difusão destas informações no ambiente escolar como um dos caminhos para o fortalecimento da formação integral dos estudantes.

Referências Bibliográficas

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição: República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/10.1988/CON1988.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2020. CON1988_05.

_____. Ministério da Educação. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. Ministério da Educação. Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm> Acesso em: 23 de jun.2020.

CIAVATTA, Maria. A Formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memórias e de identidade. In: RAMOS, Marise (Org.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Arquivos da Memória e da Educação – Centros de Memória e Formação Integrada para não apagar o futuro. In: **A pesquisa Histórica em trabalho e educação**. REIS, Ronaldo Rosas (Org.). Brasília: Liber Livro Editora, 2010.

_____. RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>> Acesso em: 10 de mai.2020.

COELHO, Consolação Linhares de Carvalho. SOUSA, Antônia de Abreu. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: ameaças às concepções de formação integrada. **Revista Labor**, v. 2, n. 21, p. 11-23, 20 abr. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In: **Educação Integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional**. COSTA, Hélio da e CONCEIÇÃO, Martinho da (Orgs). São Paulo: CUT, 2005.

_____. Educação *omnilateral*. In: CALDART, Roseli Salete. *et al.* (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. CIAVATTA, Maria. RAMOS, Marise. A educação de trabalhadores no Brasil contemporâneo: um direito que não se completa. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**. Salvador, v. 6, n. 2, p. 65-76, dez. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Plano do Curso Técnico em Segurança do Trabalho**. IFRJ, 2013. Disponível em:

https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/Cursos%20M%C3%A9dio%20%7C%20T%C3%A9cnico/plano_de_curso_tecnico_em_seg_do_trab_2013_marco.pdf.
Acesso em: 19 jun. 2019.

_____. **Matriz Curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio – 2015.** Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/Cursos%20M%C3%A9dio%20%7C%20T%C3%A9cnico/matriz_sg.pdf Acesso em: 19 jun. 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução Bernardo Leitão... [et al.] Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares *In: Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** Natal: IFRN, 2010.

RAMOS, Marise. **Concepção do ensino médio integrado.** Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará: maio/2008. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensinomedio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

Marilanes Gomes de Jesus.

São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil.

Licenciada em Letras pela Universidade Estácio de Sá, com pós-graduação lato sensu em Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa pela mesma Instituição de Ensino. Mestranda pelo Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), no Instituto Federal do Rio de Janeiro - Campus Mesquita. Técnica Administrativa em Educação, no cargo de assistente em administração, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - Campus São Gonçalo.

Email: marilane@gmail.com

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1151616152764570>

Gabriela Ventura da Silva Nascimento.

Mesquita, Rio de Janeiro, Brasil

Professora do Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Rio de Janeiro IFRJ. Doutora em Educação em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (NUTES)/UFRJ. Mestre em Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz / Instituto Oswaldo Cruz. Licenciada em Ciências Biológicas pela UFRJ. Docente do Programa de pós-graduação Lato sensu em Educação e Divulgação Científica do Campus Mesquita/IFRJ e docente do Programa de Mestrado em Rede em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Desenvolve pesquisa, extensão e ensino nas áreas da Educação Ambiental, Educação em Ciências, Divulgação Científica e Educação Profissional e Tecnológica.

Email: gabriela.silva@ifrj.edu.br

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1205952380472567>

Recebimento: 24/07/2020

Aprovação: 27/10/2020



Q.Code

Editores-Responsáveis

[Prof. Dr. Enéas de Araújo Arrais Neto](#), Universidade Federal do Ceará - UFC, Brasil

[Prof. Dr. Arno Münster](#), Universidade de Amiens - Paris, França